

Sarney tenta Governo - Brasil ordenar o caos

Eduardo Mancasz

15 MAR 1986

Foram muitas as sensações para quem viveu os 365 dias da Nova República junto ao Palácio do Planalto, desde que o "esquecido" João Figueiredo desceu a rampa, pela última vez, em 12 de março do ano passado, e foi para o "Sítio do Dragão" sem entregar a faixa para o ex-presidente da Arena e do PDS, o senador José Sarney.

"Encontramos o caos", tomou coragem para dizer à Nação, meses depois, o vice do falecido presidente Tancredo Neves, e para subir a rampa somente 45 dias depois de ter assumido, interinamente, ou oito dias após o caixão com o corpo do famoso político mineiro ser conduzido rampa acima, num funeral que comoveu todo o Brasil.

Na economia brasileira, o inimigo sempre foi a inflação que, com o passar dos meses, foi sendo aumentada "cada vez mais", apesar do "pacote econômico" de dezembro, da mudança do INPC pelo IPCA, da troca de Francisco Dornelles por Dilson Funaro, da vigilância do FMI mais tarde rejeitada, e até do corte nos gastos das estatais.

Com a dupla Tancredo-Sarney já eleita pelos 480 votos, no Colégio Eleitoral, contra os 180 do deputado Maluf, o Planalto foi envolvido pela horda de políticos sulistas, que forçavam a barra para que o governo auxiliasse o Sulbrasileiro, no que foram atendidos. Mas Dornelles, no segundo dia de Nova República, fechava o Brasilinvest e pedia a prisão de Garnero.

Em abril, na parte econômica, as conversas dos jornalistas junto à Presidência giravam em torno das greves nacionais, como as dos metalúrgicos do ABC, que durou 54 dias. No mesmo mês, Sarney conseguiu que os ministros Dornelles e Sayad chegasse a um acordo. Em maio, além do FMI no calcanhar, houve a greve dos 700 mil bancários.

Foi neste mês que o presidente Sarney, na verdade, tomou peito para começar a governar, assim mesmo com um ministério que ele não escolheu. Acabou fazendo isso somente dez meses depois, e assim mesmo com a desculpa de que os ministros precisavam se descompatibilizar para as eleições. "Temos que persistir na busca da conciliação", alegou.

Na primeira reunião ministerial de trabalho, em maio, Sarney aproveitou e foi fundo: anunciou o projeto permitindo o voto dos analfabetos, a legalidade dos partidos comunistas e outros clandestinos, eleição dos prefeitos nas capitais, extinção dos municípios de segurança nacional, e eleição direta para Presidente. Só não disse para quando.

A preparação destas medidas foi uma das que exigiram trabalho até de madrugada no Palácio do Planalto, neste primeiro ano da Nova República. O mesmo ocorreu na agonia de Tancredo Neves, no Plano Tropical, na queda do Dornelles, no corte de despesas das estatais e nas crises em torno da reforma agrária ou das greves.

Monumentos de indecisão

Nos primeiros dias de Nova República, o que se viu nos Salões do Planalto foi a adesão internacional, através dos presidentes que estiveram na posse, entre eles o vice americano, George Bush, e o vice soviético, Pável Guilashvily, sem contar Alfonsin (Argentina), Sanguinetti (Uruguai), Mário Soares (Portugal), Ortega (Nicaragua) e outros.

No plano interno, no entanto, foi em abril que Sarney mais precisou da adesão da sociedade civil para se manter no cargo, recebendo no Palácio delegações de políticos de todos os partidos. Uma delas foi a chefiada por Flávio Marcílio, ex-vice de Maluf.